

# Rio [EX] capital: crise, crítica e possíveis

Barbara Szaniecki, Clarissa Moreira e Giuseppe Cocco

No momento em que escrevemos essas linhas, a cidade do Rio de Janeiro luta para sair das piores estatísticas da pandemia do Covid19, em números de doentes e de mortos, como também de sem teto e sem trabalho. Se a crise na saúde é recente, a crise social e econômica é mais antiga e, diante delas, os governos locais adotam o velho recurso de lançar mão da receita já reconhecidamente falida de investimento em grandes obras e equipamentos sempre com a desculpa de que seria uma forma de dinamizar a economia da cidade.

A agenda que se inicia em 2007, com os Jogos Panamericanos, e se relança em 2009 com o aceite do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016, antecedida pelos Jornada Mundial da Juventude de 2013 e pela Copa do Mundo de 2014, parecia nunca acabar. Planejava-se em 2019 um novo autódromo a fim de realizar o próximo Grand Prix Brasil, novamente sobre uma reserva natural. Neste contexto ocorreria também em 2020 o Congresso Internacional de Arquitetos que lançaria o Rio de Janeiro como primeira Capital Mundial da Arquitetura da Unesco, o mesmo lugar onde a cada meia hora pelo menos duas pessoas são assassinadas por causas diversas – entre homicídios dolosos e ações policiais e onde mal temos a conta do número de mortos por Covid19, sem falar das outras doenças, com números sempre subestimados.

Apesar de ter sido uma cidade pioneira nas reurbanizações de favelas durante a década de 90, no Rio de Janeiro de hoje o pensamento urbanístico mais progressista para a cidade parece ter dado lugar ao abandono urbanístico, sob o jugo de estratégias militares e paramilitares de domínio de territórios onde quem morre são sempre as classes mais pobres.

A receita governamental das últimas décadas tem sido investir em megaeventos que muito pouco retornam para a cidade de fato e apesar dos fracassos dessa política, as grandes obras e os grandes desvios parecem continuar na agenda dos governos. Mesmo na luta contra a pandemia, a ênfase não foi a recuperação da infraestrutura existente, e sim a sua inviabilização para que pudessem ser construídos hospitais de campanha com custos milionários, numa lógica próxima dos megaeventos como forma de desvio de recursos públicos.

O campo onde classicamente se pensa o projeto da cidade parece submisso a essas tendências, sem oferecer alternativas, muito preocupado com suas próprias agendas. Os demais campos que discutem a metrópole em geral, seja a sociologia e mesmo a geografia

urbana se mantém no campo crítico analítico, para, muitas vezes, acabar por corroborar com esses mesmos programas governamentais na hora da concretização de ações sobre a cidade, que de fato se mantém de mesmo tipo, indiferente em relação à vertente política.

Emerge daí um campo obscuro, difícil, inexplorado e subestimado quando não diretamente invalidado por todas as vertentes políticas atuais: o da construção real e coletiva do espaço urbano e inclusive, do não urbano, em perigo constante e posto mais do que nunca à serviço dos extrativismos danosos.

A tragédia carioca é, assim, a de uma cidade desgovernada há várias décadas onde o grande capital, articulado aos poderes locais, segue despreocupado com as consequências sociais de sua ação predatória, condenando a população seja à vida insegura e à imobilidade urbana carioca nas comunidades e favelas, seja presa em condomínios fechados, *shopping centers* e carros blindados, com medo da rua.

Neste sentido, permanece urgente mobilizar a crítica e o enfrentamento a partir de um viés obrigatoriamente transdisciplinar, ainda que, a princípio, nos resumamos a um âmbito de reflexão num momento onde a ação parece inteiramente bloqueada, a fim de buscar resistir e transgredir as grandes armadilhas do século XXI, que impedem de sequer pensar para fora das cartas já marcadas e dos descaminhos já traçados.

O sentido do presente dossiê é o de reunir forças para, por um lado, aprofundar na compreensão da condição urbana atual, e por outro, verificar outros caminhos possíveis e experiências que possam trazer luz sobre campos promissores atrás de saídas para o Rio de Janeiro, como exemplo cada vez mais distópico de uma metrópole no século XXI.

Hoje, em plena pandemia do coronavírus, vemos o debate sobre a cidade no panorama mundial se voltar a discutir temas como cidade densa e contágio com alguns idealistas da “desurbanização” ou do espraimento urbano vislumbrando novamente a fuga para as cidades pequenas e médias. Outras vertentes imaginam soluções mais reformistas para o espaço urbano, no sentido de buscar uma melhoria dos espaços públicos e a redução de espaços para automóveis, antenados com o debate urbano internacional. Esquecem, no entanto, que o protagonismo precisa ser dado às questões seculares de desigualdade, a partir do provimento de infraestrutura e serviços urbanos, sobretudo com o horizonte da privatização da água se aproximando mais a cada dia. Ainda nos batemos com a falta de infraestrutura básica para muitos, somada à própria

necropolítica galopante, entre ataques armados às comunidades e o abandono à própria sorte da população mais pobre pela ausência de política de saúde pública e de apoio econômico que, em tempos de crise de trabalho de saúde, nos obrigam a pensar antes de mais nada, que o direito à vida no Rio de Janeiro hoje vem intrinsecamente ligado ao direito à cidade, ou seja, aos serviços, infraestrutura e fluxos urbanos, inclusive recursos financeiros.

Para abrir o dossiê contamos com o ensaio poético-filosófico do antropólogo **Henri-Pierre Jeudy** que se pergunta sobre a dimensão mítica do Rio de Janeiro e sua permanência ainda hoje. Mas, se por um lado, o mito traz a beleza e a simpatia atemporal, por outro ele pode levar a um deslocamento da realidade material e, sobretudo, a uma perigosa aproximação do exercício político com o domínio religioso.

Em seguida, dando continuidade a colaborações que vieram ocorrendo nos últimos anos, **Jilly Traganou, Barbara Szaniecki e Clarissa Moreira** analisam a crise iniciada no período pós-olímpico e ampliada ao longo dos últimos anos, fazendo um balanço do período que se seguiu aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, suas dificuldades e possibilidades à luz da eleição da cidade como Primeira Capital Mundial da Arquitetura em 2020.

**Clarissa Naback** examina como a questão das utopias urbanísticas funcionaram e ainda funcionam como base para o debate entre urbanismo desenvolvimentista e progressista, relançando questões fundamentais no debate urbano carioca. A autora parte das origens do urbanismo como disciplina analisando as bases de construção desta prática e de seus referenciais e paradigmas. O objeto de análise é o campo de enunciados voltados para a urbanização dos países subdesenvolvidos, com especial atenção para a questão do desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento se torna algo como uma utopia periférica. E a reflexão se desloca então para a possibilidade de inserção da informalidade nos circuitos globais da economia e, nesse sentido, no seio das ruínas oriundas do projeto de desenvolvimento no marco do neoliberalismo e das distopias que delas resultam, procurar vias de saída.

Em seu artigo, **Gabriel Schvarsberg** parte da ocupação de uma escola secundária emblemática, construída através do PAC, inaugurada em 2009 e já em ruínas. É portanto no seio de ruínas urbanas recentes que o autor inicia uma caminhada mas, ao invés de nos levar em direção das distopias oriundas da crise do modelo desenvolvimentista, seu

processo indica perspectivas para pensar a cidade a partir de uma educação voltada para a cidadania. A #OcupaCompositor se apresenta então como um potente dispositivo urbano-político com muitas linhas de fuga entre a escola e a rua, outras formas de aprendizagem e de caminhos para outro urbanismo.

Em seguida, temos a reflexão proposta por **Clarissa Moreira** sobre o biótopo urbano carioca, que coloca questões para além da ideia da cidade como algo externo ao meio natural, reexaminando o processo de urbanização carioca no tempo e as questões abertas e cada vez mais críticas colocadas no momento atual, onde permanecem as possibilidades insurgentes próprias ao espaço carioca. O texto fala sobre a necessidade de reconhecer o fracasso das políticas urbanas até aqui diante da pandemia e de suas vítimas.

Em artigo coletivo, o grupo de pesquisadores e estudantes no campo da arquitetura e do urbanismo, membros do **Coletivo Cidade em Aberto**, fazem um balanço de suas vivências na metrópole nas duas últimas décadas, desde os sonhos de desenvolvimento e justiça social do início dos anos 2000 até o momento distópico da pandemia e como esta vem afetando a vida numa metrópole como o Rio de Janeiro, pensando, a partir destas dificuldades, caminhos para o porvir urbano.